

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO EM PATROCÍNIO, MINAS GERAIS (1912-1930): O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES\*

Geraldo Gonçalves de Lima\*\*

### RESUMO:

O presente artigo refere-se à análise do processo de criação, implantação e organização do Grupo Escolar Honorato Borges, localizado na cidade de Patrocínio, Minas Gerais. O recorte temporal utilizado no desenvolvimento da pesquisa abrange a criação do grupo escolar, ocorrida em 1912 e vai até 1930, quando é concluída a obra do atual prédio. A investigação foi desenvolvida por meio da seguinte problemática: as implicações em torno do ensino público na cidade patrocínense e da criação do Grupo Escolar Honorato Borges, pelos membros da oligarquia rural de Patrocínio, ligado ao processo de escolarização promovido em Minas Gerais no decorrer da Primeira República (1889-1930). Os procedimentos metodológicos incluíram o levantamento e o tratamento de bibliografia geral pertinente acerca da História e da Historiografia da Educação. Buscaram-se também materiais históricos, no sentido de fundamentar evidências ligadas à história do Grupo Escolar, bem como através da imprensa local, cujos discursos proferidos referentes às questões políticas, sociais e econômicas, servem de base para a compreensão dos ideários e modelos. Também houve evidências ligadas à História Oral. Dessa forma, o grupo escolar é criado em torno do projeto republicano na tentativa de democratização do ensino, bem como da modernização estrutural do Estado de Minas Gerais e do país.

**Palavras-Chave:** História da Educação; Grupos Escolares; Educação Pública.

### ABSTRACT:

The present paper refers to a creation, introduction and organization of Honorato Borges Elementary School, located in the city of Patrocínio, Minas Gerais. The timing approach used in the development of the research reaches the creation of the elementary school, occurred in 1912 and up to 1930, when the current building is concluded. The investigation was developed through the following problem: the implications concerning the public learning in Patrocínio city and the creation of Honorato Borges Elementary School, by the members of rural oligarchy from Patrocínio, connected to the process of schooling promoted in Minas Gerais along the First Republic (1889- 1930). The first procedures consist in a survey and treatment of general bibliography belonging to the History and Historiography of and foreign education. It was also made a survey of historical materials, in a sense of grounding evidences linked to the history of the Elementary School, as well as through the local press, which given speeches referring to political, social and economic matters, serve as basis for the comprehension of ideals and models. On the other hand, evidences connected to the Oral History were also searched. This way, the elementary school is created around a republican project in the trial of the democratization of learning, as well as the structural modernization of Minas Gerais state and the country.

**Key-words:** History of Education, Elementary Schools, Public Education.

---

\* Texto que apresenta sinteticamente resultado de pesquisa desenvolvida entre 2004 e 2006 na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Gatti Júnior.

\*\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Instituto Superior de Educação Berlaar e do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio. Contato: geraldgli@yahoo.com.br.

O presente artigo refere-se à comunicação dos resultados de uma investigação sobre o **Grupo Escolar Honorato Borges**, escola situada na cidade de Patrocínio, região do Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

A investigação consiste em uma análise acerca da **História das Instituições Escolares**, especificamente sobre o Ensino Público, ligado à criação, instalação e consolidação do **Grupo Escolar Honorato Borges**. A importância deste objeto específico de pesquisa demonstra-se pela relevância que o Grupo Escolar Honorato Borges tem, ainda hoje, para a cidade de Patrocínio – Minas Gerais e região do Alto Paranaíba, desde sua criação em 1912, sendo que por 34 anos, foi a única escola pública de ensino primário da cidade.

O nome do grupo escolar consiste em uma homenagem a Honorato Martins Borges, nascido na fazenda do Caxambu, município de Santo Antônio do Amparo – Minas Gerais, a 14 de julho de 1853, sendo vereador, no tempo da monarquia. É um dos responsáveis pela fundação do Ginásio Dom Lustosa (escola voltada inicialmente para a formação masculina e mantida pela Congregação dos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, de origem francesa), em Patrocínio – Minas Gerais. Também contribuiu para a criação da Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio (voltada a princípio para a educação especificamente feminina e ligada à Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, de origem belga), também na mesma cidade.

O interesse em efetivar a escolarização e a sistematização do ensino na cidade de Patrocínio se dá em torno do projeto republicano, liberal e positivista, de promoção e de democratização do ensino, bem como da modernização do Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, do país.

A oligarquia rural patrocinesa (Coronéis Honorato Martins Borges, João Cândido de Aguiar, Elmiro Alves do Nascimento, e outros mais), cujos representantes estão à frente dos poderes executivo e legislativo municipais, adotou, desse modo, uma estratégia de manutenção do poder que incluía o processo de escolarização na cidade.

### Aspectos Teóricos da História das Instituições Escolares

O Grupo Escolar Honorato Borges é compreendido como expressão de uma tentativa de dar início a promoção da escolarização institucionalizada na cidade, nos primórdios do século XX, em uma ação que incorpora o discurso de superação do lastimável estado da educação pública, acompanhando uma tendência não só estadual, mas também nacional.

Há, dessa forma, uma ampliação das possibilidades de abordagem de objetos de pesquisa referentes à História da Educação: a História das Instituições Escolares. Essa perspectiva reforça o interesse atual da historiografia educacional em valorizar aspectos ligados às singularidades e especificidades regionais e locais. Saviani, a partir de Bourdieu e Passeron, afirma que

[...] o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal, espontânea. A instituição corresponde, portanto, a uma atividade de tipo secundário, derivada da atividade primária que se exerce de modo difuso e inintencional. Tendo em vista as características indicadas, as instituições necessitam, também, se auto-reproduzir, repondo

constantemente suas próprias condições de produção, o que lhes confere uma autonomia, ainda que relativa, em face das condições sociais que determinaram o seu surgimento e que justificam o seu funcionamento. (SAVIANI, 2005: 29)

O trabalho de pesquisa exige do pesquisador uma postura interpretativa frente ao objeto de estudo, reavaliado em torno das evidências. Assim, parece importante:

[...] salientar que o conhecimento do campo conceitual e das categorias de análise, bem como o esforço de aglutinação de evidências históricas (a qualidade de sua catalogação e conservação), caso tomado separadamente, não é suficiente para a construção de interpretações históricas consistentes. De fato, o diálogo promovido pelo pesquisador entre a teoria e as evidências impõe-se como condição importante para a operação histórica, para a escrita de uma história da educação capaz de levar em consideração a ação dos sujeitos em torno dos processos de escolarização levados a termo há pelo menos três séculos na cultura ocidental, com a marca das disputas e acordos entre a confessionalidade, o Estado e a sociedade civil. (GATTI JR e PESSANHA, 2005: 86)

A instituição escolar pode ser encarada como espaço privilegiado em que uma série de valores é incorporada pelos sujeitos e as normas de conduta, praticadas em seu interior, contribuem literalmente para a (con)formação aos padrões ideológicos em vigor. Em qualquer segmento do conhecimento científico, as atividades desenvolvidas devem ter um direcionamento capaz de garantir as necessárias condições de abordagem da realidade. Assim, é preciso compreender primeiramente que

A história da educação é um discurso científico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história total, mas é também memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais museológicos e arquivísticos, e enquanto repositório de recordações e representações verbais (orais e escritas), emocionais, afetivas, fisiológicas, organizadas, quer em quadros biográficos e grupais, quer tomando por base referentes institucionais e sócio-comunitários. A história da educação é também paradigma quanto ao pensar, ao dizer, ao escrever, ao projetar e ao agir em educação, facultando uma informação coerente, evolutiva e explicativa, mas constituindo-se também como um dos principais argumentos e conteúdos da racionalidade e da ação educativa. (MAGALHÃES, 2005: 97 – 8)

De acordo com os pressupostos do investigador, há várias possibilidades de se realizar a pesquisa sobre a realidade escolar, constituída como elemento central da maior parte do processo de educação ocorrido na sociedade.

A atitude do pesquisador se revela como a de um sujeito responsável pela interpretação sobre os elementos reais da intrincada realidade ligada à escolarização. A

partir dos dados captados, o historiador tem o papel de reinterpretar a história ao apropriar-se do objeto examinado e, posteriormente, realizar-se-á uma síntese das dimensões da realidade escolar. Além do mais,

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar. (MAGALHÃES, 2005: 98)

Fica evidente a importância de se desenvolver uma investigação acerca da História das Instituições Escolares, enquanto categoria de análise para a condução de um entendimento das variáveis em torno da educação pública na cidade de Patrocínio – Minas Gerais, no período da República Velha.

### Aspectos Metodológicos e Fontes

O procedimento primeiro consistiu no levantamento e tratamento de bibliografia geral pertinente sobre a História e a Historiografia da Educação, elaborada por autores estrangeiros tanto como brasileiros. No sentido de acompanhar as atuais tendências, foi realizada uma revisão bibliográfica e a mesma serve de pressuposto teórico e histórico para a elaboração do presente trabalho investigativo.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento também de fontes documentais primárias, no sentido de fundamentar evidências ligadas à história do Grupo Escolar Honorato Borges. Isso se torna importante no sentido de garantir a compreensão de fatores ligados diretamente ao processo de escolarização da sociedade patrocinesa. Neste sentido,

Em relação a fontes, é possível, ainda, fazer uma outra distinção: as chamadas fontes primárias e secundárias. As primeiras são o discurso direto, enquanto as segundas são constituídas pela produção existente a respeito do tema que se estuda. As fontes documentais de todo tipo têm sido privilegiadas pelos historiadores: livros, opúsculos, revistas, coletâneas de leis e regulamentos, atas, projetos, estatutos, artigos, discursos, dados estatísticos, imagens, fotos, desenhos, diários de classe, cadernos de alunos, livros didáticos, cartas, memórias, biografias etc. (BUFFA, 2005: 107)

Quanto às fontes documentais, as mesmas foram buscadas em vários locais da cidade de Patrocínio. Contudo, como não há uma preocupação, por parte da maioria das instituições, em técnicas de conservação e manutenção documental, ou simplesmente por falta de infra-estrutura predial, as mesmas se demonstraram fragmentadas, algumas em mau estado ou abandonadas em locais impróprios para arquivo.

Mesmo assim, foram encontrados na 29ª Superintendência Regional de Ensino, órgão da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, as seguintes fontes, referentes

ao recorte cronológico determinado (1912 – 1930): Ponto diário de aula (2.º ano misto) – Grupo Escolar Honorato Borges (31/07/1915 a 27/11/1916); Termo de posse – Grupo Escolar Honorato Borges (08/07/1913 a 03/02/1997); Pontos de entrada de professores e empregados (Grupo Escolar Honorato Borges): 15/06/1914 a 06/08/1915, 16/08/1915 a 23/02/1917, 09/02/1925 a 03/11/1925, 15/02/1926 a 13/10/1926, 15/10/1926 a 05/08/1926.

Já na atual Escola Municipal Honorato Borges (antigo Grupo Escolar Honorato Borges), foram encontrados as seguintes fontes documentais: Pasta arquivo – dados do prédio; Pasta arquivo: reforma do prédio; Termo de visitas das autoridades do ensino; Livro de atas para as reuniões do professorado: 04 de maio de 1925 a 21 de novembro de 1935; Balancete da Caixa Escolar (outubro/1922 a fevereiro/1935); Ponto diário dos alunos (2.º ano feminino): 1923 / 1924 / 1925; Ponto diário dos alunos (2.º ano misto): 1918 / 1919; Ponto diário dos alunos (1.º ano misto): 1922 / 1923; uma pasta plástica contendo textos históricos do Grupo Escolar, fotografias e relatos (compilada em 1975, por D. Clérida Borges Alves – ex-diretora).

No acervo da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio – M.G., ligada à Prefeitura Municipal, encontram-se também algumas fotografias referentes ao recorte temporal da Primeira República (1889 – 1930). As mesmas se referem a paisagens urbanísticas, sobretudo do Largo da Matriz, local de construção de vários casarões e do funcionamento do primeiro prédio do Grupo Escolar, bem como do Largo do Rosário, onde foram construídos alguns dos prédios públicos mais importantes da cidade: bancos, fórum, armazéns e outros (inclusive o novo prédio do Grupo Escolar). Aliadas ao acervo da própria escola, estas fotografias também permitiram novas evidências ligadas à pesquisa iconográfica, importante como elemento da reconstituição do objeto histórico em questão.

Foram encontrados também números do Jornal CIDADE DO PATROCÍNIO (fundado pelo então coronel Honorato M. Borges em 1909 – tornado órgão oficial da Câmara Municipal e de periodicidade semanal). Embora a Casa da Cultura não possua todos os números do mesmo, o jornal serviu de base para se conhecer e compreender o discurso da imprensa da época em torno das concepções de mundo, de sociedade e de ser humano veiculados nas notícias referentes sobretudo à educação. Os números encontrados englobam o seguinte período, limitado desde o lançamento do jornal (1909) até o término do período por mim determinado para a pesquisa em questão (1930): 11/12/1909 (1.º número editado); 18/10/1913; 11/01/1925 e 27/12/1925; números de 1926, 1927, 1928, 1929; e alguns números de 1930. Desse modo,

Como fonte primária, é necessário ressaltar que um órgão de imprensa é veiculador de um ângulo de análise, porém não de somenos importância para nos propiciar o movimento da história, seja ela local, regional ou nacional. Evidentemente, tal fonte não é estritamente histórico-educacional, porém amiúde sua problematização incide particularmente sobre o campo da escolarização, ora a abordando como fruto da política educacional pública, municipal ou estadual, ora como fruto da iniciativa particular, ou mesmo como reprodutora das relações sociais. (ARAÚJO e INÁCIO FILHO, 2005: 177)

Os discursos proferidos nas páginas da imprensa local referentes às questões políticas, sociais e econômicas servem de base para a compreensão dos ideários e modelos em referência à educação e do processo de modernização, bem como de escolarização pelos quais Patrocínio vinha passando no decorrer de toda a Primeira República.

Também se buscou evidências ligadas à História Oral, mas apenas como metodologia acessória e complementar, devido às dificuldades encontradas quanto ao pequeno número de pessoas do período abordado ainda vivas, bem como pela questão da lucidez ou dificuldade de memória. Assim, foram entrevistadas duas pessoas, ex-alunos do período considerado na pesquisa (1912-1930): Geralda Pereira (aluna, entre 1923 e 1926 e, posteriormente, professora e diretora) e Leôncio Afonso da Silva (formando em 1930).

A estrutura lógica do artigo desenvolvida obedece a uma seqüência contendo três eixos centrais: uma necessária referência à contextualização histórica ligada à Política e à Sociedade na Primeira República; à investigação em torno da tentativa de modernização da educação pública do Estado de Minas Gerais na Primeira República, através das Reformas de Ensino João Pinheiro e Francisco Campos; e, por último, uma referência à tentativa de introduzir um determinado projeto de racionalização do ensino primário público em Patrocínio – M. G., através da implantação do Grupo Escolar Honorato Borges.

### **A Sociedade e a Política no Brasil da Primeira República (1889-1930)**

Politicamente, o Brasil se consolidou durante o processo da República, por meio de uma forte oligarquia rural, sustentada pela produção monocultora do café e voltada para a exportação. Nesse sentido,

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome – , equiparada à democracia, democracia sem tutela e sem peias. A ideologia articulada aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, França e Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do século XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas. O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante, sustentada em mercadorias baratas. (FAORO, 2004: 501)

A mudança da forma e do sistema político no Brasil, quando da passagem da Monarquia para a República, definitivamente não alterou profundamente a organização política e social efetiva, devido à permanência das famílias latifundiárias, constituindo o bem sucedido coronelismo.

O país passa por uma reformulação apenas no modelo político, por meio apenas da intervenção de uma elite interessada no fim do Império, sem se preocupar em alterar efetivamente a estrutura sócio-econômica do país. Neste sentido, no interior do Brasil, a figura do coronel permanece e se destaca como melhor modelo do chefe político local. O coronelismo, no Brasil, formou-se com a criação ainda no Império da Guarda Nacional. Assim,

A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. De começo a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava na origem das investidas anteriores. (LEAL, 1997: 13 – 4)

Com a tradição já fortalecida do coronelismo, o federalismo havia sido implantado automaticamente com a Proclamação da República. Porém, os estados de São Paulo e Minas Gerais conseguiam dominar alternadamente a política nacional, constituindo a conhecida “política do café-com-leite”.

A política nacional, monopolizada pelos interesses desses Estados se sustentava em um implicado complexo de alianças realizadas entre as bases políticas locais e municipais. A expansão cafeeira, a extinção do tráfico de escravos (1850), bem como a imigração de mão-de-obra européia, o início do processo de industrialização (1870) e a urbanização são fatores socioeconômicos que, gradualmente, vão formando um contexto histórico profundo e propício de contestação do modelo monárquico e agrário-exportador, imposto por segmentos conservadores. E, simultaneamente, haveria a possibilidade de uma nova proposta de modelo político: a República, num país em que muitos já desejavam a urbanização e a industrialização, como sinais de modernidade e de desenvolvimento.

A luta pelo poder político pelos liberais prossegue gradativamente no decorrer do século XIX até a sua suposta conquista através da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, quando se acreditou, finalmente, ser possível o estabelecimento dos valores democráticos e federalistas.

O movimento republicano, influenciado pelos ideais positivistas, utiliza-se de um discurso de enquadramento do Brasil nos rumos do desenvolvimento, do progresso material e da reforma moral, política e social, em um esforço retórico e, em certa medida, prático, de equiparar a nação ao mais alto nível dos países avançados do mundo, especialmente a Europa.

O modelo liberal, político e econômico é assumido como uma das formas de possibilitar ao país a chance de finalmente ingressar no mundo aperfeiçoado pelo progresso do conhecimento humano.

A educação foi discutida e considerada como um dos principais elementos necessários para a transformação efetiva do país, buscando inculcar novos comportamentos e ideologias aos membros da nação brasileira. Estas ações estavam em acordo com os interesses da nova classe emergente, a burguesia industrial, interessada em consolidar sua hegemonia enquanto classe dominante política e economicamente.

Minas Gerais também se ocupará, através do Partido Republicano Mineiro (PRM), de levar adiante o projeto de modernização, preocupando-se em divulgar os pontos principais do ideário liberal, republicano e positivista em seu interior e no restante do país, pelo menos nos discursos políticos feitos na assembléia legislativa.

Patrocínio (Minas Gerais) impõe-se como uma das principais cidades do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, no início do século XX (as outras são Uberaba, Araxá, Araguari, Uberlândia, Patos de Minas e Ituiutaba), ao buscar a consolidação como cidade em desenvolvimento estrutural e burocrático. Por isso, Patrocínio não poderia deixar de se posicionar, ao menos politicamente e discursivamente, em prol dos valores divulgados pela proposta republicana e se esforçar também por construir uma realidade engajada em sustentar os rumos da Ordem e do Progresso.

Pertencente a uma região relativamente desenvolvida na prática agrícola e pecuarista, Patrocínio emerge com o esforço político de sua oligarquia rural, desejosa de conseguir benefícios que consolidassem a cidade como exemplo para a região e para o restante do Estado.

A política local, apesar de manter os moldes oriundos do período imperial, com práticas ainda vigentes ligadas ao coronelismo, impõe chefes políticos engajados na tentativa de sustentar os interesses do diretório central do Partido Republicano Mineiro, localizado em Belo Horizonte, capital do estado, em troca de benefícios e recursos para a cidade.



**Figura 1** – Coronel Honorato Martins Borges e sua esposa, D. Perciliana de Aguiar (s/ data). O maior representante da elite política e econômica de Patrocínio na Primeira República. É considerado pelos patrocínenses um dos políticos mais influentes de toda a história do município e da região do Alto Paranaíba. Foi presidente do Diretório do Partido Republicano Mineiro local durante praticamente as três primeiras décadas do século XX. Acervo: Escola Municipal Honorato Borges.



## **As reformas João Pinheiro (1906) e Francisco Campos (1927/1928) e a implantação de um modelo de modernização do ensino primário em Minas Gerais**

Torna-se relevante o aprofundamento da análise de um dos principais pontos concernentes, sobretudo, à Reforma João Pinheiro: a implementação das escolas reunidas ou os conhecidos grupos escolares (considerados modelos capazes de estabelecer definitivamente uma reviravolta em termos de arquitetura, organização do tempo e do espaço, procedimentos pedagógicos; enfim, uma tentativa de estabelecer um plano de modernização da escola pública).

Com a intenção de promover os ideais republicanos, no que se refere à educação, e ingressar de maneira mais efetiva nos novos rumos da política nacional, relacionados à tentativa de se consolidar a ordem republicana, Minas Gerais se ocupará de algumas reformas estruturais, consideradas necessárias para a adequação do estado frente às urgências oriundas da ordem estabelecida politicamente.

No esforço de estimular e buscar um crescimento econômico voltado para a garantia da efetivação do processo de modernização, Minas Gerais promoverá reformas de destaque perante o cenário nacional, destacadamente a nível educacional. O governo mineiro preocupa-se em se manter hegemônico nas diretrizes políticas nacionais e, para isso, busca um respaldo na tentativa de organização da rede estadual de ensino, por meio da promoção da escolarização.

A modernização proposta por João Pinheiro se sustentava em três grandes critérios por ele definidos como prioritários, pois desses dependiam todo o restante da estrutura: sempre a elite de uma unidade federativa deve corroborar e apoiar um projeto de desenvolvimento de qualquer setor da sociedade. Sem o apoio da elite, nada pode ser consumado em termos de reforma; a agricultura é considerada a maior bússola de sucesso ou insucesso do desenvolvimento econômico, pois é responsável pela sustentação básica da estrutura; além do mais, há uma forte interdependência entre a racionalização, a qualificação para o trabalho e o desenvolvimento econômico. O país começa a ensaiar sua industrialização, e conseqüente urbanização, com a necessidade de promoção de uma reeducação dos espaços, da higienização, enfim, de toda uma mudança de comportamento social, base de qualquer outra reforma. Portanto, torna-se evidente a necessidade de um repensar da estrutura de formação dos cidadãos trabalhadores e da elite pensante, componentes de uma sociedade coesa e integrada. Dessa forma,

O final do século passado assistia ao movimento de parte da elite brasileira mobilizada pelas causas da degradação moral da população, da degradação física dos espaços urbanos, da expansão e descontrole das doenças públicas, morais e biológicas. Os projetos de engenharia política de saneamento da população, de ampliação de espaços urbanos, de reformas, vinham ao encontro da reordenação política do país, segundo normas “civilizadoras” de higienização da sociedade civil. A mescla com os negros ajudava muito a fortalecer os preconceitos racistas e as propostas de “branqueamento” da sociedade como solução higienizadora. Havia muito mais, no entanto. Mesmo a sociedade dos brancos mostrava-se despreparada técnica, profissional e moralmente para construir o Brasil republicano. Com toda a ambigüidade de que não se separa ao longo de sua vida pública, entre credo liberal e prática excludentes, João Pinheiro mantinha como bússola de

argumentação a urgente necessidade de criar elos entre o cidadão e a sociedade, e o elo fundamental seria respondido com o trabalho livre e educação. Os desafios que o mundo do mercado impõe ao indivíduo estimulam nele a vontade de se aperfeiçoar, de melhorar passo a passo sua posição no conjunto da sociedade. Com indivíduos melhores e mais preparados, provavelmente teríamos um Estado mais fortalecido e uma nação dignificada. Neste particular, João Pinheiro está finalmente vinculado à tradição fortemente desenvolvida no século XIX que tem na educação via segura de realização do progresso. (BOMENY, 1994: 162)

Enfim, acreditava ser extremamente necessária a formação do homem, membro de uma nação, que buscava a manutenção das forças sociais, a fim de programar e garantir a ordem social já estabelecida. O importante é reformar para manter, pois sempre a ordem depende da manutenção do progresso. Desse modo, estaria garantida a possibilidade do cidadão, por meio do seu trabalho, do seu exercício, garantir a dinâmica social e econômica e satisfazer as necessidades do país, incluindo-o na nova divisão do trabalho internacional, voltado para a valorização da indústria. Portanto,

O projeto João Pinheiro tinha na utopia liberal americana reforço permanente à argumentação. O ideal de uma sociedade de pequenos proprietários, de agricultura racionalizada segundo técnicas produtivas modernas, o que vale dizer, agricultura capitalizada de forma a fixar o agricultor na terra; e defesa do ensino livre precursor de uma sociedade de mercado emergente; a secularização do ensino e a defesa da religiosidade como princípio integrativo da nacionalidade; a defesa da educação básica e gratuita, orientada segundo padrões liberais de desenvolvimento dos indivíduos para uma sociedade formada segundo regras de divisão social do trabalho, este conjunto de princípios compunha a agenda do presidente de Minas Gerais no início do século. (BOMENY, 1994: 165)

Em menos de um mês após sua posse, João Pinheiro realiza uma ampla reforma do ensino primário e do ensino normal, já com a preocupação de adaptar a realidade do ensino do estado de Minas aos interesses de sua concepção de sociedade e de política. Dentre as diversas modificações e propostas da reforma, levadas adiante, destacam-se: a maior fiscalização do ensino pela ação dos inspetores escolares; a introdução de componentes curriculares ligados ao ensino da agricultura; melhorias na formação dos futuros professores; criação de um espaço próprio para a atividade da instrução, agrupando todas as escolas antes isoladas em um só prédio, os chamados “Grupos Escolares” ou Escolas Agrupadas.

Os órgãos estatais, em franca expansão e consolidação, tornaram-se gradativamente a principal origem do conhecimento a respeito do conjunto do serviço da instrução. É evidente que a burocracia estatal se torna condição essencial para o projeto republicano de promoção de uma ampla reforma social, baseada num processo de expansão dos grupos escolares. Assim,

Os grupos escolares resultam de uma concepção adquirida no decorrer do andamento da escolarização que buscou imprimir

racionalização à educação escolar, abarcando várias dimensões: a) os sujeitos (professor e aluno), imediatamente envolvidos no processo pedagógico-escolar, se estabelecem em posições diferenciadas; triunfa o ensino simultâneo a ser exercido pelo *professor*, porém com *alunos* homogêneos, em oposição à heterogeneidade dos mesmos que estruturava o ensino mútuo; b) é o tempo da ênfase na intuição como faculdade capaz de revelar o caminho metodológico para o ensino e para a aprendizagem, anteriormente à emergência dos métodos ativos; c) é o tempo, no Brasil, da emergência de uma organização espacial diferenciada, expressa em edifícios arquitetonicamente expressivos, qualificados como *palácios* em Minas Gerais e em Goiás; d) é o tempo da centralidade da inspeção escolar e de seu papel fiscalizador do andamento pedagógico-escolar. (ARAÚJO, 2005: 01)

O fenômeno de criação dos Grupos Escolares não consiste em evento aleatório ou desvinculado de um contexto educacional maior. Na verdade, a implantação dos Grupos Escolares, coincidentemente, manifesta-se de maneira paralela e inter-relacional com a escolarização do social, a fim de buscar a racionalização do ensino público em Minas Gerais.

Nos anos de 1920, outra reforma do ensino que também teve destaque no cenário educacional do Estado de Minas Gerais foi a Reforma Francisco Campos (1927-8), promovida no decorrer da sua passagem pela Secretaria dos Negócios do Interior, durante o governo estadual do Presidente Antônio Carlos.

Algumas dessas organizações sociais vêm se destacando pela reivindicação crescente da escolarização como meio para a efetivação do voto para toda a população potencialmente eleitores, a fim de exercerem seus direitos e deveres enquanto cidadãos de uma nova nação, formada tendo como base os princípios liberais e democráticos.

Seguindo a ideologia liberal, a escola cada vez mais vem se confirmando como direito de todos. Este princípio liberal norteador, baseado na educação como direito inalienável de todos, na verdade, insere-se na tendência de expressão de uma nova classe que surge no universo social, a burguesia industrial, preocupada em consolidar sua hegemonia enquanto classe dominante, no interior da sociedade capitalista. A burguesia tem o interesse de tornar o processo educacional, principalmente o escolar ou formal, garantia da conquista da hegemonia sobre as classes dominadas, destacadamente o proletariado.

A educação era buscada como meio de garantir a tomada do poder econômico pela burguesia e, conseqüentemente, garantir também o poder político, superando a hegemonia antes possuída pelos latifundiários, que, sistematicamente, excluía boa parte da população do processo de escolarização.

Passa a acontecer também uma passagem gradativa do controle ideológico de entidades da sociedade civil, especialmente, a família e a religião, para o domínio da sociedade política, especificamente, o Estado. Com isso, por meio dessas reformas, é possível atribuir ao Estado funções, atribuições ou até mesmo competências que antes eram responsabilidade de setores civis. A partir dessas mudanças, o Estado poderia intervir de forma mais eficaz nas transformações estruturais da sociedade. Desse modo,

Toda essa agitação é conseqüência (...) do fortalecimento da indústria a partir dos anos 14 e do correspondente enfraquecimento econômico do grupo agrário-exportador. No campo político, essa

alteração vai ocasionar uma mudança no papel do Estado. O Estado brasileiro, até então de cunho liberal, passa a intervencionista, na medida em que vai assumindo as rédeas de nossa economia. A esta guinada de posição do Estado no campo político-econômico corresponde uma guinada noutros setores de nossa sociedade. No setor social, especialmente a partir de 1926, o Estado vai assumir o papel de mediador entre as diferentes classes, utilizando a educação como elemento estratégico na solução da questão social. (PEIXOTO, 1983: 14)

As diversas reformas do ensino, acontecidas pelos Estados, nada mais são do que reflexos dessas mudanças referentes ao papel exercido pela máquina estatal no tocante à inculcação ideológica, como deseja a classe burguesa, bem como a consolidação de sua hegemonia. De certa forma, as diversas reformas estabelecidas nos mais diferentes estados brasileiros, no decorrer dos anos 1920 (São Paulo – 1920, Ceará – 1922 / 23, Rio de Janeiro – 1922 / 26 e 1928 e Bahia – 1928) refletem a tendência de antecipar a mudança na forma de inculcação ideológica, estabelecida mais tarde na década seguinte (anos 1930). O Estado brasileiro assumirá, por outro lado, o controle do desenvolvimento econômico do país, interferindo diretamente sobre os rumos da economia, superando a tendência anterior de mercado liberal.

### **Racionalização do Ensino Público Primário em Patrocínio, Minas Gerais: Grupo Escolar Honorato Borges (1912–1930)**

A criação do Grupo Escolar Honorato Borges pode ser compreendida como resultado de uma série de reformas estruturais levadas a cabo pelos governos nacional e estadual, inclusive no campo educacional, sobretudo a partir da Reforma João Pinheiro (1906). O governo estadual tinha o interesse de implantar uma determinada forma de modernização educacional no Estado, em esforço gradativo e constante, no sentido de incluí-lo de forma dinâmica no projeto implantado pelos republicanos.

A discussão sobre a criação de um grupo escolar em Patrocínio está intimamente ligada com a postura política assumida pela oligarquia rural patrocinese, nesse momento específico. Evidentemente, ao se interessarem pela criação e instalação de um Grupo Escolar em Patrocínio, essa elite política e econômica assumia, na prática, seus valores enquanto membros de uma classe hegemônica na condução do poder político. Os mesmos, possivelmente, lideravam um processo de urbanização e melhoria das condições da infra-estrutura da cidade.

Estes proprietários rurais também tinham um grande interesse na consolidação de um mecanismo maior de inculcação ideológica conformada com os novos moldes políticos impostos sobre o país, o modelo republicano, positivista e liberal.

A partir desse momento, ocorre então em Patrocínio uma série de mudanças dos serviços oferecidos à população local. A imprensa, representada pelo Órgão Oficial da Câmara Municipal, o jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” empenha-se continuamente em defender os interesses da oligarquia rural patrocinese. No intuito de levar adiante o projeto de sustentação do poder político, bem como consolidar a presença da educação pública, na sua vertente escolar, estabelece-se a criação do grupo escolar como uma das condições necessárias para a conservação da ordem social estabelecida e garantir os rumos do progresso espiritual e material da cidade.

A educação pública passa, então, a ser desenvolvida também por meio do grupo escolar, destacando-se o término da construção do prédio definitivo, no Largo do Rosário (atual Praça Honorato Borges), em 1930. E a partir daí, a escola funciona até os dias atuais neste mesmo local.

Nesse sentido, percebe-se que no decorrer destes aproximados quinze anos de funcionamento após sua criação, a estrutura predial do grupo escolar já não satisfaz as reais necessidades e se torna obsoleto. Torna-se, então, urgente, a conquista e a construção de um novo prédio para o funcionamento do grupo escolar, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação estadual de ensino, bem como torná-lo equiparável aos demais grupos escolares de outras cidades da região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. Assim, a discussão acontecerá em torno do processo de construção do atual prédio do grupo escolar, em funcionamento desde 1930.

Os membros da oligarquia rural de Patrocínio, favorecidos pela recém lançada Reforma João Pinheiro (1906), responsável pela introdução da designação e o modelo dos Grupos Escolares no Estado de Minas Gerais, esforçam-se no sentido de conseguir a implantação de um grupo escolar em Patrocínio. E, assim, muitos dos municípios mineiros, aos poucos, também vão buscando e lutando pela criação de grupos em suas cidades ou território. Na época, a conquista de um grupo escolar seria considerada um indício do prestígio político da liderança local e, ao mesmo tempo, uma contribuição para o aperfeiçoamento cultural da cidade.

Na resolução n.º 177, de 28 de novembro de 1907, consta a cessão do prédio, em destaque, pelo município ao estado, enquanto este permanecer responsável pelo ensino oferecido nas escolas públicas. Isso demonstra o esforço do governo municipal em agilizar a criação do grupo escolar, esforçando-se, inclusive, em oferecer um prédio próprio para o funcionamento do mesmo. Com isso, os integrantes da elite política patrocinese se esforçam no sentido de proporcionar as condições básicas para a organização do ensino primário em Patrocínio.

A fim de garantir a instalação do Grupo Escolar, no sentido de obter um espaço específico para seu funcionamento, a municipalidade, através da Câmara Municipal, adquire um imóvel, em 12 de novembro de 1909, que era a residência oficial do Coronel Marciano Hilário Ferreira Pires, considerado pelos cidadãos destacado político.

O prédio adquirido pela municipalidade se localiza no Largo da Matriz. Os políticos locais assumiram a responsabilidade de adequá-lo às condições exigidas para o funcionamento de um grupo escolar. Com isso, mesmo alegando dificuldades financeiras, a municipalidade responsabilizar-se-á pela execução das ações necessárias e concernentes para o funcionamento do prédio, nos padrões determinadas pela legislação vigente. Neste sentido, a reforma e a adaptação do prédio para o funcionamento efetivo do prédio, como Grupo Escolar retardaria, ocorrendo somente em 1913.

O Grupo Escolar Honorato Borges foi criado em 09 de janeiro de 1912, por meio do Decreto nº 3.401, durante o governo estadual do Presidente Delfim Moreira. A publicação do decreto de criação ocorreu no dia seguinte, 10 de janeiro. Contudo, como ainda não tinha lugar determinado para a condução das aulas, o mesmo funciona mantido por verbas públicas, autorizadas pela Câmara Municipal de Patrocínio, até julho de 1913.

A instalação do Grupo Escolar Honorato Borges ocorre a 15 de junho de 1914, sendo completado o processo de criação e instalação do mesmo. E, a partir daí, o Grupo Escolar assume a tentativa de se implantar na cidade de Patrocínio uma experiência de racionalização do ensino primário. A presença na cidade de uma instituição de ensino pública evidencia o anseio dos políticos locais em buscar, através do Grupo Escolar, o progresso material e intelectual para a cidade.



**Figura 2** – Largo da Matriz – 1928 – 1.º casarão da direita para a esquerda – Local da primeira sede do Grupo Escolar Honorato Borges. Acervo: Escola Municipal Honorato Borges.

Conforme consta em depoimento, a Senhora Geny Paula Rocha é considerada a primeira diretora interina do Grupo Escolar. Contudo, o primeiro diretor a preencher um cargo nomeado de fato e empossado oficialmente é Modesto de Mello Ribeiro, como observado no Livro “Termo de Posse” (Termo de Abertura: 8 de julho de 1913, pelo inspetor escolar Jayme Claudemiro dos Santos, página 2).

No Livro “Termo de Posse”, também encontram-se relatadas as posses dos primeiros professores contratados: Srta. Letícia Marra (página 2, verso), Sra. Amélia Angélica do Nascimento (página 3) e o professor Nestório de Paulo Ribeiro (página 4).

Os primeiros funcionários do Grupo Escolar são, também verificados no Livro “Termo de Posse”, o Sr. Osório Marques Ferreira (primeiro porteiro – página 3 verso), bem como a Sra. Augusta Maria da Porciúncula (primeira servente – página 4 verso).

A “caixa escolar” foi instalada também em 1914, denominando-se “Caixa Escolar Paula Arantes”, alusão ao culto professor Francisco de Paula Arantes. A “caixa escolar” teve como presidente, desde sua fundação até 1943, o Sr. João Barbosa. Com isso, muitos alunos somente conseguiam permanecer perseverantes e freqüentes no Grupo Escolar com o auxílio da “caixa escolar”.

Conforme o Decreto n.º 1.969, de 03 de janeiro de 1907, através do qual é promulgada a aprovação do Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas, o Presidente do Estado João Pinheiro da Silva, bem como seu Secretário dos Negócios do Interior, estabelecem algumas regras básicas para a permissão do funcionamento das escolas estaduais em seus vários aspectos. Assim, no que se refere à Caixa Escolar, esclarece:

A Caixa Escolar era destinada a “ocorrer às pequenas despesas do estabelecimento, de expediente e auxílios aos alunos pobres.” A sua receita adviria: a) gratificações não pagas ao pessoal docente e administrativo do Grupo Escolar, quando em licença ou por faltas não abonadas; b) donativos de particulares; c) produto de exposições, quermesses e outros, em benefício da Caixa; d) outras fontes autorizadas pelo Governo e conseguidas pelo diretor. O Regimento especificava suas despesas em: a) fornecimento de

material escolar a alunos pobres; b) idem de roupa e calçado aos mesmos; c) assistência médica aos alunos sem recurso; d) compras para o museu e para a biblioteca da escola; e) aplicações de beneficiamento no prédio da escola, jardim e material escolar. (MOURÃO, 1962: 166-7)

Todos estes fatos e disposições legais possibilitaram as condições necessárias para a criação, instalação e o funcionamento de um Grupo Escolar na cidade de Patrocínio, ainda na Primeira República. Esta escola é considerada o primeiro estabelecimento oficial de ensino, mantido pelo governo estadual. E, desse modo, a cidade de Patrocínio conseguiria algumas das condições que possivelmente contribuiria para o avanço do ensino público, mesmo que ainda não conseguindo atender a toda demanda local. Contudo, a presença de um Grupo Escolar na cidade possibilitaria, pelo menos, o início de uma reviravolta na organização do ensino na cidade.

A criação do Grupo Escolar Honorato Borges compõe um dos elementos da organização da educação pública em Patrocínio. A presença de um Grupo Escolar na cidade significava, para alguns, a chegada do avanço e do progresso, não só pedagógico, mas também, político. A implantação de um grupo significaria também, para a elite local, a possibilidade de estar preservando a formação de um ambiente social voltado para os ideais republicanos de civilidade, cidadania e cortesia. Além do mais, contribuiria também proporcionando a realização de uma reforma dos costumes e a implantação de uma ordem, a ser inculcada no meio popular e promover a solidariedade social, contribuindo para a coesão social interna da cidade.

Durante as três primeiras décadas do século XX, Patrocínio passa por um intenso processo de urbanização e conseqüente melhoria nas mais diversas áreas de infraestrutura, dentre as quais podemos destacar avanços na comunicação, nos transportes, na conquista de novos serviços públicos, na pavimentação de algumas vias urbanas, bem como a construção de novos prédios. Em outras palavras, a política local consegue aliar os interesses de uma camada oligárquica, detentores dos poderes político e econômico, com o intuito de promover o processo de modernização da cidade.

Muitas conquistas já vinham sendo longamente debatidas e requeridas na imprensa local, representada pelo jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, procurando efetivar a satisfação das necessidades básicas da cidade, em termos de infra-estrutura.

Assim, paralelamente ao impulso econômico dos anos 1920, Patrocínio continua a discutir questões relativas à necessidade da promoção da instrução pública, como uma das formas possíveis para garantir o crescimento ordenado e civilizado da cidade. Desse modo, o “CIDADE DO PATROCÍNIO”, em inúmeras edições, continua seu trabalho de divulgação das concepções de mundo propostas pela oligarquia local, em consonância com os ideais propostos para a modernização do país e a busca da consolidação do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a educação tende a ser vista como redentora dos valores morais e cívicos, colaborando com o aperfeiçoamento moral e intelectual da população local. Por exemplo, na edição n.º 669, publicada no 28 de março de 1926, há a seguinte matéria com o título “Influência da Educação nos nossos costumes”. Nela, percebe-se o posicionamento do colunista em prol da modernização também do ensino público, ambicionando um novo rumo para a rede escolar. Assim, a educação passa a ser concebida como processo capaz de moralização e politização dos alunos. Desse modo, sua ação tem efeito sobre o universo social, no sentido de inculcar a verdadeira moral e os valores cívicos, tão necessários para o aprimoramento humano. Assim,

**Influência da Educação nos nossos costumes** – nunca foi tão preciso, como agora, que a Educação assuma as mais criteriosas proporções, para que, bem feita, alicerçada nos sãos princípios de uma robusta moral, enfrente tantos males que procuram perverter os puros costumes do povo brasileiro. E essa defesa, a que nos referimos, depende da Educação atual: é a mocidade hodierna que vai servir de anteparo à perversão dos nossos costumes, repelindo as exóticas extravagâncias das modas sempre mutáveis, e, cada vez mais, mais indecentes, que o luxo e o pouco escrúpulo exportam para nós... A pessoa, verdadeiramente educada, é simples nas suas maneiras, modesta no seu trajar; e, preocupada com as belezas que a Ciência lhe prodigaliza, não perde tempo com essas futilidades, que só servem para comprometer-lhe o futuro... Em todos os atos da nossa vida, nos mais insignificantes e nos mais comuns, deve existir um lado prático, algo de proveito, para que sejam lícitos. O indivíduo culto emancipa-se, mais facilmente que o ignorante, dos muitos vícios e fraquezas que o assediam, porque sabe avaliar as funestas conseqüências oriundas desses males. O exagero das modas, mormente por parte do sexo fraco, é proveniente da falta de experiências das coisas... E esse exagero é comprometedor, ainda mais quando a pessoa reconhece os seus tantos inconvenientes, ao qual se entrega, incautamente, por imitação, apenas, para, como se diz, estar ao lado da maioria. A maldade dos homens que se dá, muito bem, “com essas modas”, ao invés de censurá-las insistentemente e com critério, acoroçôa-as, para se extasiar ante à beleza plástica e provocadora da Natureza... As mulheres, então sabedoras desse prazer que proporcionam, com as suas modas, a homens sem escrúpulo, é que devem modificar os exageros, vestindo-se com recato, ocultando, quando possível, as partes do seu corpo, que deve ser um templo augusto e sacrossanto, guardando preciosidades inestimáveis... Senão por outros sentimentos mais nobres (perdoem-nos!...), ao menos por este “Amor próprio”, deve a Mulher ser comedida no seu traje, para que se conserve inacessível aos olhares perscrutadores e maliciosos dos homens... A regeneração de todos os costumes, a salvação moral dos nossos dias depende, particularmente, da mulher. Sabia ela conduzir-se, saiba impor-se, saiba manter a natural ascendência que deve ter sobre os homens, saiba, afinal, fazer-se respeitada, à vista da sua superioridade de sentimentos afetivos, de amizade, de amor e de dedicação, mas tudo isso com um certo orgulho bem compreendido, que reinará, no mundo, aquela tranqüilidade de costumes, de que tanto precisamos. Ao lado daquilo tudo, abandone as extravagâncias das modas, e conserve, muito elevadamente, o segredo que tem de cativar, sem ser preciso, apesar disso, lançar mão de meios menos dignos, com os quais não deve estar de acordo o seu sexo, que se impõe, arrebatada e vence, pelos predicados que a fazem privilegiada, governando e dirigindo o mundo para as mais sublimes conquistas



do amor, da inteligência e da moral! N. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 669 – 28/03/1926)

Percebe-se a preocupação que o periódico tem em divulgar princípios morais e atitudes a serem inculcadas na mocidade patrocínense, de modo a preservar a ordem estabelecida pela tradição. A preservação da moral e dos bons costumes é condição considerada primordial no sentido de garantir também a ordem social. A moral individual, se bem assimilada, conforme os valores propostos socialmente, preserva todo o universo social.

O final da década de 1920, para Patrocínio, também representa um momento muito fecundo em termos educacionais, pois em 1927, é inaugurado o Ginásio masculino Dom Lustosa, sob responsabilidade da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria e da Adoração Perpétua do Santíssimo Sacramento do Altar; há também o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, na época, voltado exclusivamente para meninas, também é criado em 1928 e fica sob os cuidados da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar. Ambos são instituições ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana e criadas com a intenção de anular o avanço da missão presbiteriana, também presente aqui em Patrocínio. A presença presbiteriana inclusive está voltada para a ação educativa escolar, iniciada em meados da década de 1920 com a fundação do *Patrocínio College*.

Já o Grupo Escolar Honorato Borges, único estabelecimento de ensino da rede pública da cidade, receberá uma nova sede de funcionamento, com instalações arquitetônicas consideradas mais amplas e modernas. Esse novo prédio a ser construído localizar-se-ia no Largo do Rosário (atual Praça Honorato Borges), resolvendo o problema da precária estrutura predial em que vinham sendo ministradas as aulas.

A necessidade da construção de um novo prédio se tornou evidente quando o número de alunos começou a ultrapassar os limites de acomodação. Além do mais, as condições de funcionamento já tinham se tornado precárias em fins da década de 1920, exigindo uma tentativa de resolver a questão predial, pois o mesmo já encontrava sérias dificuldades para atender à demanda. Além do mais, com o interesse de promover a modernização da cidade, os políticos locais também se interessavam em inaugurar um novo prédio para o grupo escolar, evidenciando a grandeza e a importância do mesmo, no sentido de ser o local específico para a educação escolar e instrumento da instrução popular. O Grupo Escolar Honorato Borges representa a consecução de uma tentativa de modernização do ensino primário oferecido na cidade. Por isso, deveria possuir um prédio que, realmente, possibilitasse e acomodasse as condições necessárias para a realização do projeto educacional de moralizar os costumes e aperfeiçoasse a conhecimento.

Com o tempo, o primeiro prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, situado no Largo da Matriz, já não comporta mais, em termos de infra-estrutura, um ambiente próprio e salutar para o exercício das atividades de ensino-aprendizagem. Neste sentido, mais uma vez, o Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” publica a seguinte matéria, em sua edição n.º 719, datada de 10 de abril de 1927, onde o articulista relata a situação do prédio do Grupo Escolar, tida como precária e nociva ao ambiente escolar, de atividades pedagógicas, bem como a exigência de providências quanto ao problema:

O Grupo Escolar – A quem de direito – Vai se tornando um caso sério o problema a se resolver sobre a remodelação do prédio escolar do Grupo local. Torna-se urgente, inadiável mesmo, a resolução sobre esse assunto. Como é sabido, o velho casarão vai,

dia a dia, numa verdadeira derrocada. Com as paredes a se esboroarem, enegrecidas pelas goteiras, as janelas de vidros partidos e caixilhos empenados; os muros abertos, dando ingresso aos transeuntes no recinto dos pátios e mesmo no prédio, com montões de lixo acumulados sob os alicerces, com as instalações sanitárias inutilizadas pela falta de água, esse estabelecimento de ensino mostra um aspecto desolador e até repugnante. Como observar os preceitos de higiene indispensáveis, num prédio onde se reúnem, diariamente, 300 e tantas crianças obrigadas a se acomodarem dentro de 4 salas, essas mesmas mediocrementemente aproveitáveis, e onde até a água potável é carregada para o consumo cotidiano? Torna-se até irrisório numa aula de higiene ministrada aos alunos, onde se aconselha ar puro, luz em profusão, etc., dada entre quatro paredes de uma sala mal iluminada, e cuja ventilação deixa muito a desejar quanto à sua pureza, porquanto salas há que mais se parecem uma enxovia, ou coisa que o valha. Assim, como a boa ordem, a disciplina, os bons ensinamentos constituem os elementos indispensáveis na educação moral das crianças, o meio, o conforto material, as condições higiênicas são igualmente elementos poderosos da educação física. Um grupo decente, limpo, cheio de luz, bem ventilado, além de sua utilidade incontestável, é convidativo, alegre, atraente. Finalmente, nem mais é preciso dizer, para se compreender as reais vantagens que poderão advir de uma intervenção eficaz para o melhoramento de nossas atuais condições, tão precárias neste ponto de vista. E acreditamos, esperançosos e convictos, que os preclaros dirigentes da Instrução Pública não deixarão de tomar na devida consideração o apelo que ora fazemos. (X. Y.) (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 719 – 10/04/1927)

É bastante clara e perceptível a preocupação do articulista com o estado físico do Grupo Escolar Honorato Borges, tendo um prédio nestas condições. Certamente, a presença de problemas tão sérios na estrutura e na organização predial contradiz, praticamente, todas as tendências pedagógicas, defensoras de um ambiente de ensino-aprendizagem digno, saudável e atraente. Contradiz também todos instrumentos legais, os quais afirmavam a importância do ambiente escolar para a consolidação de uma educação baseada na higienização e controle disciplinar dos alunos. Além do mais, as salas permaneciam superlotadas, devido à quantidade grande de alunos em relação ao número disponível de salas de aula.

Inicia-se, na cidade de Patrocínio, uma campanha em prol da conscientização da população e dos políticos acerca da necessidade de se tomar uma iniciativa para a solução deste problema lastimável e, ao mesmo tempo, indicativo de que a situação do ensino primário no Estado de Minas Gerais ainda permanece em plano secundário de importância, na prática.

Com a visita a Patrocínio do então Sr. Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Francisco Campos, em maio de 1927, houve um novo respaldo por parte do Secretário a favor da construção do novo prédio, no Largo do Rosário, atendendo também ao interesse dos dirigentes políticos de aumentar o projeto inicial do novo prédio, considerado menor que a capacidade necessária para atender à demanda escolar da cidade.

Posteriormente, em julho de 1927, já se encontram na cidade os Srs. Drs. Mario Maia e Carlos Santos, responsáveis por darem início à obra do novo prédio do Grupo Escolar. O texto foi publicado no n.º 781 (15/07/1928):

**Novo Grupo Escolar** – encontram-se na cidade os srs. Drs. Mario Maia e Carlos Santos, respectivamente engenheiro e arquiteto construtor, que aqui vieram a fim de dar início às obras do novo prédio do Grupo Escolar. Tanto o ilustre engenheiro, Dr. Maia, como o competente arquiteto, sr. Carlos Santos, são dois nomes já consagrados na Capital do Estado, onde gozam da melhor reputação. Dentro em breve Patrocínio terá pois o seu novo Grupo Escolar, construído em estilo moderno e tendo amplas acomodações, de molde a satisfazer todas as exigências. Apresentamos a nossa visita. (CIDADE DO PATROCÍNIO, N° 781 – 15/07/1928)

Em agosto de 1928, tem início a construção do novo prédio, na Praça Barão do Rio Branco, onde até hoje funciona a Escola Honorato Borges. O prédio é construído com recursos financeiros do Estado, e este recebe a doação do terreno da municipalidade, no valor de um conto de réis, onde será construído o prédio. O imóvel doado possui uma área de 2.400 m<sup>2</sup>, situado na Praça Rio Branco, sendo ladeado pela Rua 15 de Novembro (atualmente Rua Governador Valadares) de um lado, e do outro lado com a Praça Dr. João Nepomuceno e, por outro lado, com terrenos municipais segundo citado no Livro 3-C, folhas 112 sob o n.º 2675 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio. A notícia da doação foi assim descrita no Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” (N° 768, 15/04/1928):

**Grupo Escolar** – Já foi pelo Sr. Presidente e Agente Executivo e demais vereadores da Câmara Municipal, passada à Secretaria das Finanças, por intermédio da Coletoria Estadual, a escritura de doação do terreno onde será construído novo (...) edifício do Grupo Escolar. Por isto estamos absolutamente certos de que, dentre em dias, será, pelo ilustre titular da Secretaria do Interior Exmo. Sr. Sr. Francisco Campos aberta a concorrência para apresentação de propostas à construção supra citada. E Patrocínio recebe do Governo do eminente Antonio Carlos mais este significativo melhoramento. (CIDADE DO PATROCÍNIO, N° 768 – 15/04/1928)

Algumas das famílias mais influentes e abastadas de Patrocínio também acabam fazendo doações para ajudar a construir o novo prédio, finalizando-o em 1930, quando era governador o Dr. Melo Viana, bem como prefeito patrocínense, Francisco Batista de Matos. Em 24 de fevereiro de 1931, têm início as atividades letivas no novo prédio.

O Grupo Escolar Honorato Borges se firma como instituição de ensino oficial, tornando-se instituição que participa da cultural da cidade, com implantação de uma nova forma de organização da instrução primária da população patrocínense. Neste sentido, o Grupo Escolar se torna referência na cidade de toda uma expressão educacional, voltada para a formação física, moral e intelectual.



**Figura 3** - Novo prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, construído no período de 1928 a 1930 (s/data). Acervo da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio.

A construção do Grupo Escolar Honorato Borges em novo prédio, torna-se base para a formação escolar do cidadão patrocínense, expressando o desejo e o esforço de descoberta da nacionalidade brasileira, de inspiração, ainda neste momento, republicana. Além do mais, aliada aos interesses de valorização dos valores cívicos, busca-se também a afirmação de um novo padrão de comportamento para a população, embasado na disciplina e na boa moral. Efetua-se, assim, o projeto político local patrocínense, de promover a modernização dos serviços públicos oferecidos na cidade, em especial, o da instrução e da educação pública em Patrocínio.

Os esforços da imprensa local, da elite oligárquica, bem como dos políticos, eram impulsionados pelo interesse de proporcionar as condições mínimas e necessárias para a execução de uma reforma social, inspirada nos ideais modernizadores em torno da promoção do desenvolvimento geral da nação brasileira, do Estado de Minas Gerais e da cidade de Patrocínio.

Portanto, a construção de um novo prédio para o Grupo Escolar em Patrocínio representa uma das facetas da execução de um processo de modernização pelas quais passa a cidade, em fins da década de 1920. Ao lado de outras conquistas relativas à infraestrutura da cidade, o Grupo Escolar Honorato Borges veio somar esforços em torno da educação pública, assumindo papel fundamental no sentido de buscar a organização do ensino público.

A proposta de uma nova organização escolar, intimamente ligada ao processo civilizatório, implementado pelos esforços positivistas e tendo como modelo os Grupos Escolares, pode ser expressa no pioneirismo da implantação do ensino seriado. A proposta dessa forma específica de ensino seriado sugere o cruzamento entre várias facetas

expressivas do mundo escolar: a questão do espaço e do prédio em funcionamento, a organização do tempo, os conhecimentos ministrados enquanto currículo, os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, os métodos utilizados como veículos pedagógicos de expressão do conhecimento, dentre outros elementos.

O método utilizado no ensino seria considerado um dos maiores marcos das mudanças qualitativas pelas quais o ensino primário vinha passando. Por sinal, a adoção do método intuitivo, bem como o valor dado à formação dos professores, refletia os interesses da burocracia estatal, interessada em consolidar os ideais positivistas. Desse modo,

O método intuitivo surgiu na Alemanha, em fins do século XVIII, por iniciativa de Pestalozzi, principalmente, e era tributário das idéias dos filósofos empiristas ingleses Bacon, Locke, Hume, bem como de pensadores como Rousseau, e pedagogos como Comênio, Froebel, entre outros. Tal método valorizava a intuição como fundamento de todo conhecimento, ou seja, a aquisição de conhecimentos se faz por meio dos sentidos e da observação. Assim, para ensinar, o professor deveria partir da curiosidade infantil, valorizar a observação e a experiência, e caminhar do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstrato. Em vez de exercitar a memória, deve o professor desenvolver o raciocínio. O método intuitivo, embora tenha tido outras denominações, ficou mais conhecido com o nome de Lições de Coisas. Sua aplicação nas escolas pressupunha uma enorme quantidade e variedade de materiais didáticos. Como a aquisição desse material, bem como do mobiliário, dos livros e demais utensílios fosse onerosa, os grupos escolares ressentiam sua falta. É comum encontrar-se em relatórios de inspetores escolares a queixa da ausência dos materiais e o pedido de que o Estado providenciasse sua compra. Tal fato confirma que entre as propostas republicanas paulistas para a instrução elementar e a sua realização havia uma grande distância. (BUFFA e PINTO, 2002: 50)

Por sua vez, entende-se também que

É preciso notar que esse método de ensino simultâneo era proposto para substituir, com enormes vantagens, tanto o método tradicional individualizado das escolas de primeiras letras quanto o do ensino mútuo lancasteriano. As classes homogêneas, o regime seriado, a distribuição do programa detalhado por séries, os horários são condição de possibilidade e, ao mesmo tempo, decorrências do emprego do método intuitivo. (BUFFA e PINTO, 2002: 51)

Neste sentido, percebe-se que a metodologia se torna fundamental pois direciona o processo de ensino-aprendizagem conforme regras que, supostamente, garantiriam o sucesso e a eficácia da educação escolar. Os gestores buscavam formas capazes de levar o professor ao bom andamento de um processo que buscava a excelência da prática, bem como a racionalização dos processos pedagógicos.

As atividades pedagógicas eram centradas na figura do professor, demonstrando uma postura centralizadora na autoridade do mesmo. O professor, por sua vez, deveria obedecer aos procedimentos impostos pelo governo, e fiscalizado pelo diretor do grupo, bem como pelo inspetor escolar. As atividades escolares se expressam em torno da predominância de aulas expositivas, com uma disciplina rígida, e com longas lições embasadas no processo de memorização e repetição de lições.

Contudo, ao mesmo tempo em que esses documentos legais são importantes no sentido de promoverem uma padronização dos conteúdos a serem lecionados nos grupos escolares, bem como os procedimentos didáticos e os temas/assuntos de cada semestre, por disciplina, são dispositivos que impedem a autonomia do professor em sala de aula. Este se vê obrigado a seguir, de forma mecanizada e passiva, todos os conteúdos, programas e procedimentos impostos pela legislação. Inclusive, suas ações, resultados e até mesmo sua performance como profissional sempre são alvos de fiscalização por parte dos serviços de inspetoria, realizados de forma contínua e periodicamente.

A efetivação do processo de escolarização pelo qual o Estado de Minas Gerais, bem como em suas cidades, dependia de um fato fundamental: a participação dos sujeitos mais destacados e envolvidos em toda e qualquer vida escolar – seus mestres e alunos.

Assim, todas as medidas administrativas, como os pressupostos filosóficos em torno da educação, dependiam de como os sujeitos sociais se posicionavam frente às questões impostas pela escolarização, inserida no contexto da cidade.

A implantação dos grupos escolares, de certa forma, irá contribuir também para uma mudança no perfil dos mestres e dos alunos, estes envoltos pela cultura comprometida com a efetivação de reformas sociais, desejadas pelos governos republicanos e responsáveis pela solidificação de uma nova ordem social.

Quanto ao corpo docente, a maioria é composta por mulheres que assumem as salas de aulas. A profissão do magistério, com a implantação dos grupos escolares, passa a ser visualizado como uma oportunidade aceitável de profissionalização das mulheres, sendo talvez a única profissão feminina reconhecida como valorosa pela sociedade. Por outro lado, acreditava-se também que, ao atuar como professoras, as mulheres poderiam contribuir efetivamente para a consolidação da identidade do povo e da pátria brasileira.

O diretor é uma nova função no interior do grupo escolar. Assume um papel central nos rumos da estrutura hierárquica e burocrática, dinamizada a partir da implementação dos grupos escolares em diversas partes do país, em especial nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Possui o cargo, que é responsável pela intermediação entre a escolar e o governo estadual, respondendo de forma imediata aos problemas e questões internas do grupo escolar.

A implantação da função ou cargo de diretor está diretamente relacionada ao processo de racionalização do ensino primário. No quadro a seguir, vem a descrição dos diretores empossados no Grupo Escolares Honorato Borges, no âmbito da sua criação, em 1912, até o término da construção do novo prédio, em 1930.

**Quadro 01 – Diretores empossados Grupo Escolar Honorato Borges (1912 – 1930)**

<b>DIRETOR(A) EMPOSSADO(A):</b>	<b>PERÍODOS DE ATUAÇÃO:</b>
Modesto de Mello Ribeiro	08/07/1913 a 10/01/1917
Leonides de Mello Ribeiro	11/01/1917 a 14/01/1919
Amélia Angélica do Nascimento	15/01/1919 a 18/03/1919; 01/09/1923 a 02/10/1923 08/11/1926 a 07/11/1927; 03/02/1933 a 07/07/1933
Américo Machado	19/03/1919 a 31/03/1919
Alberto da Costa Matos	01/04/1919 a 11/09/1919
Olympio de Moraes	12/09/1919 a 30/08/1923

Vitalino Martins da Silva	03/10/1923 a 07/11/1926; 08/07/1933 a 07/07/1935
José Fábio Vilhena	08/11/1927 a 13/08/1928
Francisco Emiliano Araújo	14/08/1928 a 11/11/1928
Mário Rebello	12/11/1928 a 03/07/1930
Lucas Tavares de Lacerda Filho	04/07/1930 a 13/09/1931

**Fonte:** Livro “Termo de Posse” – Escola Municipal Honorato Borges

Por sua vez, os professores regentes de turmas do grupo escolar tinham por funções primordiais: manter a ordem de entrada dos alunos em classe e a sua permanente distribuição; obedecer às diretrizes do programa de ensino primário, estabelecido pelo governo estadual; zelar pela disciplina durante as aulas; fiscalizar os alunos na prática de exercícios, bem como durante as aulas de ginástica; dentre outras funções burocráticas, como a escrituração de diários de classe.

É ilustrativa a situação da primeira professora formada a lecionar em Patrocínio – M. G. e a ser nomeada para o exercício do magistério no Grupo Escolar Honorato Borges é Amélia Angélica do Nascimento. Nascida em Paracatu, no dia 21 de dezembro de 1876. Morreu no dia 17 de setembro de 1954, em Belo Horizonte, para onde se transferiu em 1937. Seus pais eram de origem baiana e se chamavam Bernardino Dias do Nascimento e D. Maria Angélica do Nascimento. Inclusive, sua mãe era descendente de Mem de Sá, do qual usava o sobrenome.

Sua formação como professora foi realizada na Escolar Normal de Paracatu, muito famosa na época. Casou-se com a idade de 22 anos, com o professor Leovigildo de Paula e Sousa. Mudou-se logo em seguida para Patrocínio, onde começa a dar aulas particulares. Ao ser instalado o Grupo Escolar Honorato Borges, recebe o convite para lecionar no mesmo, por indicação do Coronel Honorato Borges. E, depois disso, leciona no grupo escolar, sendo também diretora interina por quatro vezes, até se aposentar. Demonstrou-se ser professora de alto reconhecimento por parte da população por sua cultura e conhecimento.

Assim, o Grupo Escolar Honorato Borges veio se consolidando como único estabelecimento de ensino público primário da cidade, através da atuação de seus diretores, professores e sucessão de alunos que freqüentaram seus bancos escolares.

No que se refere aos sujeitos sociais, diretamente envolvidos nos trabalhos escolares, indubitavelmente, os alunos são considerados os sujeitos mais importantes, pois representavam a personificação dos valores enraizados na pessoa humana em formação. Assim, todas as práticas e saberes escolares visavam o aluno, no sentido de colocar em prática as ações pedagógicas. Por isso,

A marca desse esforço pode ser encontrada, a um só tempo, nas tentativas, nos sucessos e nos fracassos de se produzir uma homogeneização, uma uniformização e um maior controle das crianças e na pretensão de estender essa racionalidade para o terreno da produção e da apropriação/aprendizagem dos conhecimentos escolarizados. É preciso perceber também que, se a nova ordem escolar desdobrava-se, no interior da sala de aula, numa busca por produzir a homogeneidade, a uniformidade realiza-se também como trabalho de classificação (por idade, gênero, “adiantamento”, dentre outros) e de controle, ou seja, de disciplinamento, dos alunos e demais sujeitos da educação. (FARIA FILHO, 2000: 152)

Além do mais, o processo de modernização levado a cabo pelo governo estadual objetivava a disciplinarização, a homogeneização dos comportamentos dos alunos no interior da escola, demonstrando a intenção de promover o controle efetivo sobre o comportamento social. A base do trabalho pedagógico, aos poucos, era transformada de uma postura magistrocêntrica para uma outra pedocêntrica, centralizando na criança as atividades pedagógicas. Assim,

Quanto ao papel e ao estatuto dos alunos no interior da instituição escolar, estamos assistindo aqui não apenas à afirmação de uma forma nunca antes vista da centralidade das atividades deste para a aprendizagem dos conhecimentos escolarizados, mas, sobretudo, conforme vimos, à instituição definitiva do “aluno” como categoria central nas representações e nas práticas pedagógicas escolares. (FARIA FILHO, 2000: 166 – 167)

O aluno era visto como um sujeito capaz de aprendizagem, mas através de um rígido controle disciplinar de seu comportamento. A disciplina dos corpos e das mentes era fundamental para um processo de ensino-aprendizagem ser considerado eficaz na sua principal finalidade: formação intelectual, moral e física.

### **Considerações Finais**

A República Velha representa um momento de revisão de valores em relação à situação do Brasil, enquanto nacionalidade. As discussões em torno da busca da identidade brasileira são fundamentais para compreendermos as inovações propostas pelos diversos governos estaduais, destacadamente São Paulo e Minas Gerais. No âmbito da mentalidade positivista e republicana, esses governos estaduais buscavam consolidar discursivamente e em ações, no âmbito de seus domínios, uma nova ordem com o intuito de fortalecerem uma sociedade baseada em princípios modernizantes e racionalistas.

As reformas realizadas em termos de estrutura do Estado, as medidas administrativas e as iniciativas em torno do debate sobre a nacionalidade brasileira estão intimamente ligadas ao projeto republicano, inspirado nos moldes do positivismo francês, o qual defendia uma reforma social, visando atingir o progresso humano. Acreditava-se que o desenvolvimento de uma cultura em torno do conhecimento científico possibilitasse o aperfeiçoamento de toda a estrutura social, a fim de consolidar o modelo capitalista de produção, baseado na divisão social e harmônica do trabalho.

Assim, especificamente relativas à educação, algumas reformas são levadas adiante pela maior parte dos governos estaduais, buscando consolidar um modelo educacional que sirva de instrumento para a realização das reformas sociais almejadas pelo projeto republicano positivista. Desse modo, uma das maiores frentes de avanço da escolarização brasileira, neste momento, consiste na implantação dos grupos escolares, tendo São Paulo como Estado pioneiro. Modelo considerado desenvolvido e peça fundamental na consecução de um projeto modernizante também do processo educacional.

Os Grupos Escolares podem ser considerados, então, como as primeiras formas de escolas públicas estruturadas em torno de uma organização hierárquica, curricular, metodológica, bem como espacial, propostas paradigmaticamente através de reformas de ensino mais amplas do que as até então implementadas no Brasil. O conjunto dessas características os tornava uma alternativa frente às precárias condições das escolas isoladas,



desprovidas de qualquer estrutura que favorecesse o ensino. As reformas que implementaram o modelo dos grupos escolares são, de fato, as primeiras a também discutirem e expandirem uma rede diferenciada de escolas voltadas para o ensino público no país.

Esse interesse em buscar uma sistematização das suas práticas e saberes se manifestava em torno de algumas representações: a mudança das condições de ensino, pois, com a organização por série, bem como o ensino simultâneo, os alunos são agora homogêneos; os sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem adquirem novas feições; em termos metodológicos, percebe-se o valor dado à intuição, enquanto capacidade de gerar conhecimento e de localizar o aluno frente à sua realidade; neste sentido, o aluno é valorizado como sujeito de seu processo de aprendizagem; surge também a possibilidade de reservar um lugar de destaque no cenário das cidades para os prédios onde funcionarão os Grupos Escolares. Neste sentido, os Grupos Escolares são caracterizados como Palácios do Ensino, vislumbrando uma nova concepção arquitetônica para a educação escolar. E, por outro lado, é o tempo da divisão das tarefas administrativas e pedagógicas, surgindo novos profissionais da educação, como o inspetor e o diretor.

A implantação de um Grupo Escolar em Patrocínio representou a confirmação do interesse da elite local em promover determinada forma de modernização educacional da cidade, com disseminação discursiva e concreta de novidades do ideário e da prática educacional acomodadas a manutenção da estrutura de poder anterior presente no mundo social que o incluía.

## Materiais Históricos

### 1. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Carlos Souza e INÁCIO FILHO, Geraldo. (2005) Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

ARAÚJO, José Carlos Souza. (2005) *Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica*. Universidade Federal de Uberlândia (mimeo).

BOMENY, Helena. (1994) *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro.

BUFFA, Ester e PINTO, Gelson de Almeida. (2002) *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos: EdUFSCar; Brasília, INEP.

BUFFA, Ester. (2005) Práticas e fontes de pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

FAORO, Raymundo. (2004) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (2000) *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo, RS: UPF.

GATTI JR, Décio e PESSANHA, Eurize Caldas. (2005) História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos. Categorias e materiais históricos. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

LEAL, Victor Nunes. (1997) *Coronelismo, enxada e voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

LIMA, Geraldo Gonçalves de (2006). *O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio, Minas Gerais (1912-1930): ensaios de uma organização do ensino público primário*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.

MAGALHÃES, Justino. (1998) Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: CATANI, Denice B. et. al. (org.) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. SP: Escrituras.

\_\_\_\_\_. (2005) A História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. (1962) *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. (1983) *Educação no Brasil: anos 20*. São Paulo: Edições Loyola.

SAVIANI, Dermeval. (2005) Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. IN: *Cadernos de História da Educação* – n.º. 4 – jan./dez.

## 2. Impressos

Jornal CIDADE DO PATROCÍNIO (fundado pelo então coronel Honorato M. Borges em 1909 – tornado órgão oficial da Câmara Municipal e de periodicidade semanal). Os números encontrados englobam o seguinte período, limitado desde o lançamento do jornal (1909) até o término do período por mim determinado para a pesquisa em questão (1930): 11/12/1909 (1.º número editado); 18/10/1913; 11/01/1925 e 27/12/1925; números de 1926, 1927, 1928, 1929; e alguns números de 1930.

## 3. Manuscrito

Termo de posse – Grupo Escolar Honorato Borges (08/07/1913 a 03/02/1997);